



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
2ª Procuradoria de Contas

TC – 25538.989.20

Fl. 1

Processo nº:	TC-25538.989.20 (recurso do TC-4546.989.18)
Prefeitura Municipal:	Monte Mor
Prefeito (a):	Thiago Giatti Assis
Exercício:	2018
Matéria:	Pedido de Reexame

Trata-se de pedido de reexame (evento 1.1), interposto pela Prefeitura em epígrafe, em face do parecer prévio desfavorável às contas do exercício de 2018, proferido pela E. Segunda Câmara (TC-4546.989.18, evento 223.1), que teve por fundamentos: desequilíbrio dos resultados econômico-financeiros; elevado patamar de alterações orçamentárias; recolhimento parcial dos encargos devidos ao RPPS; e inadimplemento dos precatórios judiciais (TC-4546.989.18, evento 214.3, fls. 09/13).

Decisão publicada em 09/10/2020 no Diário Oficial do Estado de São Paulo (TC-4546.989.18, evento 224.1), recurso interposto aos 23/11/2020 (evento 1.0).

Assessoria Técnico-Jurídica concluiu pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo não provimento (eventos 22.1 a 22.3).

Vêm os autos ao Ministério Público de Contas para officiar como *custos legis*.

É o breve relatório.

Interposta a medida cabível à espécie (do parecer prévio emitido sobre as contas da administração financeira dos Municípios somente caberá pedido de reexame, art. 70 da LCE nº 709/1993), dentro do prazo legal (30 dias úteis da publicação do parecer no Diário Oficial, art. 71 da LCE nº 709/1993 c/c art. 219 do CPC), por parte legítima e com interesse recursal, deve ser **conhecido** o pedido de reexame.

No mérito, em que pesem as assertivas recursais, não há como acolher a pretensão de modificação do parecer guerreado, devendo ser mantido, na sua integralidade, por seus próprios fundamentos.



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



mpc.sp



MPdeContas_SP



mpc_sp



spoti.fi/20QcACq



Inicialmente, no que se refere à **dívida judicial**, importa destacar que, conforme consta do voto condutor (TC-4546.989.18, evento 214.3, fls. 12/13), o Recorrente não realizou nenhum depósito nas contas do Tribunal de Justiça durante o exercício em comento, sendo que os débitos precatoriais em aberto somente foram liquidados mediante sequestro de verbas municipais.

Registre-se que tal omissão, além de contrariar a sistemática prevista na EC nº 99/2017, revela uma administração irresponsável, na medida em que recursos públicos não foram tempestiva e adequadamente direcionados ao pagamento de obrigação constitucional.

Nessa linha de raciocínio, a posterior regularização junto à DEPRE mediante parcelamento, firmado em setembro de 2019, constitui medida decorrente da necessária correção de rumos, e não uma justificativa válida a ilidir a irregularidade configurada no período (evento 1.1, fls. 03/04). Tal entendimento, aliás, não diverge daquele que foi adotado no Pedido de Reexame das contas de 2014 da Prefeitura de São José da Bela Vista, em voto que foi acolhido pela unanimidade do Plenário:

Aqui, observa-se, que **a própria defesa reconhece que não efetuou os pagamentos dos precatórios no exercício devido de 2014 e que, apenas o fez, em 2016, em clara ofensa ao princípio da anualidade e jurisprudência consolidada desta Corte de Contas.**

Ainda nessa esteira, como bem frisou a ATJ às fls. 275, para evitar novo sequestro de recursos, **o fato é que a Municipalidade deveria, segundo as regras da EC nº 62/09 ter efetuado depósito integral do valor ao Tribunal de Justiça dentro do exercício de exigibilidade, o que não ocorreu.**

Com relação às demais irregularidades, a defesa se limita em reproduzir o que já foi discutido no Parecer combatido, sem trazer aos autos qualquer novidade que possa alterar o juízo de irregularidade.

Assim também afirma o MPC dizendo que o acolhimento deve-se à inexistência de elementos que inovem aqueles já apresentados por oportunidade das alegações de defesa referentes às irregularidades suscitadas quando do exame das contas anuais, portanto, anteriormente considerados pelos Órgãos Técnicos da Casa e determinantes para o parecer da E. Segunda Câmara.

Neste sentido, **VOTO PELO NÃO PROVIMENTO DO PEDIDO DE REEXAME**, formulado pelo Prefeito do Município de SÃO JOSÉ DA BELA VISTA, SRA. CÉLIA MARIA FERRACIOLI DOS SANTOS, responsável pela prestação de contas relativas ao exercício de 2014, mantendo-se, consequentemente, o parecer desfavorável à aprovação das contas.

(TCE/SP, Plenário, TC-000540/026/14, contas de 2014 da Prefeitura de São José da Bela Vista, Rel. Cons. Antonio Roque Citadini, Parecer Publicado no Diário Oficial em 28/03/2018, v.u., g.n.)

Já no que concerne ao **irregular recolhimento dos encargos sociais**, o Recorrente confirma a ausência de repasse integral dos valores devidos ao RPPS, embora





entenda que a questão possa ser relevada em virtude dos acordos de parcelamento firmados (evento 1.1, fls. 04/05).

A argumentação, no entanto, não deve prosperar. Isso, porque o desarranjo possui força suficiente para comprometer os demonstrativos, vez que não somente desrespeita o princípio da anualidade (art. 165, III e §2º c/c. art. 167, I, ambos da CF/1988 e artigos 2º e 34 da Lei nº 4.320/1964), como também influencia a consequente expansão do endividamento de longo prazo, afetando, assim, a futura agenda de programas governamentais.

De mais a mais, longe de refutar a falha anotada, a existência de parcelamento previdenciário evidencia descuido do administrador com a coisa pública, eis que o não recolhimento no período devido gera a incidência de juros e multas, onerando indevidamente os cofres municipais, em ofensa direta aos princípios da eficiência e da economicidade (*caput* dos artigos 37 e 70 da CF).

Os demonstrativos do Executivo não comportam aprovação quando verificada a ocorrência de dano ao erário, decorrente de ato de gestão antieconômico, configurado, no caso, pela assunção de encargos financeiros, decorrentes da desídia no pagamento tempestivo de contribuições a que sabidamente o responsável estava obrigado.

Por fim, no que se refere aos **aspectos contábeis**, a despeito do crescimento observado na RCL do Município (de cerca de 10%), a Prefeitura obteve, mais uma vez, déficits na execução orçamentária (de 3,76%) e financeira (no montante de R\$ 33.019.495,56 – que equivale a cerca de 65 dias de arrecadação municipal), cenário que denota ausência de adequado planejamento, na contramão do que dispõe o art. 1º, §1º, da LRF (evento 22.1, fls. 01/03 e TC-4546.989.18, evento 214.3, fls. 09 e 13).

A esse respeito, o Recorrente não carrou aos autos argumentos capazes de comprovar a boa saúde das finanças públicas, aduzindo, em síntese, que o desequilíbrio fiscal teria sido ocasionado pela queda nas transferências intergovernamentais, resultante da crise financeira que assola o país (evento 1.1, fl. 06).

A justificativa, entretanto, revela-se frágil, uma vez que o desacerto nas contas municipais remonta a 2013, ano de início do primeiro mandato do atual Prefeito, que foi reeleito para o quadriênio 2017–2020. Ou seja, pelo sexto ano consecutivo¹ o Executivo local

¹

Exercício	Déficit orçamentário	Déficit financeiro
-----------	----------------------	--------------------





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS
DO ESTADO DE SÃO PAULO
2ª Procuradoria de Contas

TC – 25538.989.20

Fl. 4

não foi capaz de obter resultados contábeis positivos, o que corrobora a desídia da gestão, não havendo qualquer possibilidade de isentar-se da irregularidade.

Evidentemente não se desconhece os efeitos de desaceleração econômica nacional, no entanto o responsável deveria estar ciente de que a realização da receita poderia não comportar o cumprimento das metas de resultados. Nesse contexto, deveria ter promovido limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias (art. 9º da LC nº 101/2000). Contudo, não foi o que ocorreu, pois, apesar dos dez alertas emitidos pela egrégia Corte de Contas (nos termos do art. 59, §1º, I, da LRF) sobre o descompasso entre receitas e despesas, o gestor permaneceu inerte e, por isso, não lhe pode ser subtraída a responsabilidade da violação do padrão esperado por este Tribunal (TC-4546.989.18, evento 214.3, fl. 09).

Dessa forma, ante o exposto, o Ministério Público de Contas, na qualidade de fiscal da lei, acompanhando as conclusões da Assessoria Técnica (evento 22), opina pelo **conhecimento** do recurso e, no mérito, por seu **não provimento**, devendo o r. *decisum* ser mantido por seus próprios fundamentos.

São Paulo, 9 de março de 2021.

ÉLIDA GRAZIANE PINTO
Procuradora do Ministério Público de Contas

/53

2013 (TC-1641/026/13)	R\$ 1.859.531,54 (1,38% da arrecadação)	R\$ 7.582.482,70
2014 (TC-0114/026/14)	R\$ 2.762.170,89 (1,74% da arrecadação)	R\$ 1.575.473,78
2015 (TC-2206/026/15)	R\$ 5.293.642,21 (3,22% da arrecadação)	R\$ 13.306.803,14
2016 (TC-4311.989.16)	R\$ 7.186.754,81 (4,20% da arrecadação)	R\$ 18.741.605,37
2017 (TC-6789.989.16)	R\$ 8.559.023,74 (4,99% da arrecadação)	R\$ 1.446.675,93
2018 (TC-4546.989.18)	R\$ 7.187.550,53 (3,76% da arrecadação)	R\$ 33.019.495,56



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906



(11) 3292-4302



mpc.sp.gov.br



mpc.sp



MPdeContas_SP



mpc_sp



spoti.fi/20QcAcq